

estudos e pesquisas

nº 87 – setembro de 2018

Balanço das greves de 2017

Balanço das Greves em 2017

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos apresenta, com este estudo, um panorama das greves ocorridas no Brasil em 2017, identificando as principais características desses movimentos.

Os dados analisados foram extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), que reúne informações sobre as paralisações realizadas pelos trabalhadores brasileiros desde 1978 e que conta, atualmente, com mais de 38 mil registros. As informações do SAG-DIEESE são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos e eletrônicos, da grande mídia e da imprensa sindical.

Principais indicadores das greves

Greves e horas paradas

Em 2017, o SAG-DIEESE registrou 1.566 greves (Tabela 1). Os trabalhadores da esfera pública promoveram maior número de paralisações (814 registros) que os trabalhadores da esfera privada (746 registros).

Em relação à quantidade de horas paradas, que equivale à soma da duração de horas de cada greve, as mobilizações dos trabalhadores da esfera pública também superaram aquelas da esfera privada: em termos proporcionais, 65% das horas paradas nas greves de 2017 corresponderam a paralisações na esfera pública.

TABELA 1
Greves e horas paradas
Brasil - 2017

Esferas	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	814	52,0	60.907	64,7
<i>Funcionalismo Público</i>	728	46,5	58.052	61,7
<i>Empresas Estatais</i>	86	5,5	2.855	3,0
Esfera Privada	746	47,6	33.111	35,2
Esfera Pública e Privada ¹	6	0,4	48	0,1
TOTAL	1.566	100,0	94.066	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Duração

Em 2017, cerca de 54% das greves encerraram-se no mesmo dia em que foram deflagradas (Tabela 2). Em sentido inverso, 16% alongaram-se por mais de 10 dias.

TABELA 2
Distribuição das greves por duração
Brasil - 2017

Dias de paralisação ¹	Nº	%	% acum.
1	839	53,6	53,6
2 a 5	358	22,9	76,5
6 a 10	125	8,0	84,4
11 a 20	102	6,5	91,0
21 a 30	53	3,4	94,3
31 a 40	30	1,9	96,3
41 a 50	15	1,0	97,2
51 a 60	10	0,6	97,9
61 a 70	10	0,6	98,5
71 a 80	4	0,3	98,7
81 a 90	4	0,3	99,0
91 a 100	5	0,3	99,3
Mais de 100	11	0,7	100,0
TOTAL	1.566	100,0	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) dias corridos

Número de trabalhadores

Das 1.566 paralisações registradas, 295 continham informações a respeito do número de grevistas envolvidos (o que corresponde a cerca de 19% do total). Dessas, 59% reuniram até 200 grevistas (Tabela 3). Por outro lado, paralisações que contaram com mais de 2 mil trabalhadores constituíram apenas 6% dos protestos realizados.

TABELA 3
Greves por faixas de número de trabalhadores
Brasil - 2017

Nº de Trabalhadores	Nº	%	% acum.
Até 200	173	58,6	58,6
201 - 500	57	19,3	78,0
501 - 1 mil	29	9,8	87,8
1.001 - 2 mil	18	6,1	93,9
2.001 - 5 mil	12	4,1	98,0
5.001 - 10 mil	4	1,4	99,3
Mais de 10 mil	2	0,7	100,0
TOTAL	295	100,0	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados

Greves de advertência

Greves de advertência são mobilizações que têm como estratégia o anúncio antecipado de seu tempo de duração – com a definição, na ocasião em que são deflagradas, do momento em que serão interrompidas. Em 2017, das 1.566 greves, houve 544 (35%) de advertência e 949 (61%), por tempo indeterminado (Tabela 4).

TABELA 4
Tática das greves
Brasil -2017

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	544	34,7
Tempo indeterminado	949	60,6
Sem informação	73	4,7
Total	1.566	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Abrangência

No conjunto das paralisações, a proporção de movimentos organizados no âmbito de empresa ou de unidade foi preponderante (59%) em relação aos movimentos que abrangeram toda uma categoria profissional (41%).

TABELA 5
Abrangência das greves
Brasil - 2017

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	642	41,0
Empresa/unidade ⁽¹⁾	918	58,6
Intercategoria	6	0,4
Total	1.566	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Entre as greves do funcionalismo público, são consideradas greves por unidade aquelas que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Motivações das greves

Para cada greve, o conjunto das reivindicações dos trabalhadores foi examinado e classificado de acordo com o caráter que apresentam. Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas de caráter propositivo. As greves denominadas defensivas são as que se caracterizam pela defesa de condições de trabalho vigentes, pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação. Paralisações que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves de protesto.

Em 2017, 81% das greves incluíam itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações; sendo que mais da metade (56%) referia-se a descumprimento de direitos.

TABELA 6
Caráter das greves
Brasil - 2017

Caráter	Greves (1.566)	
	nº	%
Propositivas	508	32,4
Defensivas	1.269	81,0
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	623	39,8
<i>Descumprimento de direitos</i>	869	55,5
Protesto	218	13,9
Solidariedade	1	0,1

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

A exigência de regularização de vencimentos em atraso (salários, férias, 13º ou vale salarial) esteve presente na pauta de 44% das greves e foi a principal reivindicação em 2017 (Tabela 7). A reivindicação por reajuste de salários e pisos vem a seguir, presente em 32% das paralisações.

TABELA 7
Principais reivindicações das greves
Brasil - 2017

Reivindicação	Greves (1.566)	
	nº	%
Atraso de salário, de férias, do 13º ou do vale salarial	683	43,6
Reajuste, piso salarial	498	31,8
Alimentação, transporte, assistência médica	307	19,6
Condições de trabalho, de segurança, de higiene	261	16,7
Contratação, demissão, readmissão, efetivação, manutenção do emprego	173	11,0
PCS - Plano de Cargos e Salários, promoção	151	9,6
Melhoria nos serviços públicos	128	8,2
Equipamentos, uniforme, EPIs	126	8,0
Pautas políticas (privatizações, previdência, reforma trabalhista)	126	8,0
Repasses do FGTS/INSS, rescisão contratual	86	5,5

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Das 1.566 greves registradas em 2017, apenas 535 (34%) continham informações sobre os meios adotados para a resolução dos conflitos. Na maior parte dessas (87%), chegou-se a termo por meio da negociação direta e/ou mediada e, em quase um terço (32%), houve envolvimento do poder Judiciário (Tabela 8).

TABELA 8
Formas de resolução dos conflitos
Brasil - 2017

Formas de resolução	Greves (535)	
	nº	%
Negociação	466	87,1
Intervenção/participação da Justiça ¹	169	31,6
<i>Decisão judicial</i>	107	20,0
<i>Acordo judicial</i>	49	9,2
<i>Sem informação</i>	36	6,7

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça" dado que em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro.

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

Resultados das greves

Das 570 greves (36% do total anual) sobre as quais foi possível obter informações sobre o desfecho, 78% lograram algum êxito no atendimento às suas reivindicações (Tabela 9).

TABELA 9
Resultados das greves
Brasil - 2017

Resultado	Greves (570)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	447	78,4
<i>Integral</i>	228	40,0
<i>Parcial</i>	219	38,4
Rejeição das reivindicações	42	7,4
Prosseguimento das negociações	131	23,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total analisado dado que uma mesma greve pode conter mais de um resultado

Greves no funcionalismo público

Greves e horas paradas

Em 2017, o SAG-DIEESE registrou 728 greves nos três níveis administrativos do funcionalismo público (Tabela 10), que contabilizaram 58 mil horas paradas. Os servidores municipais deflagraram cerca de dois terços dessas paralisações, registrando 62% do total de horas paradas.

TABELA 10
Greves e horas paradas no funcionalismo público, por nível administrativo
Brasil - 2017

Nível administrativo	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Federal	22	3,0	724	1,2
Estadual	208	28,6	20.867	35,9
Municipal	493	67,7	35.981	62,0
Multisetorial ¹	5	0,7	480	0,8
TOTAL	728	100,0	58.052	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores de diferentes níveis administrativos

Duração

Em 2017, metade das greves realizadas pelo funcionalismo público encerraram-se no mesmo dia em que foram deflagradas. Em sentido inverso, 20% alongaram-se por mais de 10 dias.

TABELA 11
Distribuição das greves no funcionalismo público
segundo a duração dos movimentos
Brasil - 2017

Dias de paralisação ¹	Nº	%	% acum.
1	365	50,1	50,1
2 a 5	162	22,3	72,4
6 a 10	54	7,4	79,8
11 a 20	52	7,1	87,0
21 a 30	33	4,5	91,5
31 a 40	18	2,5	94,0
41 a 50	9	1,2	95,2
51 a 60	7	1,0	96,2
61 a 70	8	1,1	97,3
71 a 80	3	0,4	97,7
81 a 90	3	0,4	98,1
91 a 100	4	0,5	98,6
Mais de 100	10	1,4	100,0
TOTAL	728	100,0	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Nota: (1) dias corridos

Greves de advertência

Das 728 greves registradas no funcionalismo público, 345 (47%) foram declaradas de advertência e 359 (49%), por tempo indeterminado (Tabela 12).

TABELA 12
Tática das greves do funcionalismo público
Brasil - 2017

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	345	47,4
Tempo indeterminado	359	49,3
Sem informação	24	3,3
Total	728	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Abrangência

No conjunto das paralisações do funcionalismo público, a proporção de movimentos organizados no âmbito de categoria foi preponderante (79%).

TABELA 13
Abrangência das greves do funcionalismo público
Brasil - 2017

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	572	78,6
Empresa/unidade ¹	156	21,4
Total	728	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) São consideradas greves por unidade aquelas que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Motivações das greves

No funcionalismo público, 76% das greves incluíram itens de caráter defensivo em sua pauta de reivindicações.

TABELA 14
Caráter das greves no funcionalismo público
Brasil - 2017

Caráter	Greves (728)	
	nº	%
Propositivas	350	48,1
Defensivas	556	76,4
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	349	47,9
<i>Descumprimento de direitos</i>	305	41,9
Protesto	146	20,1
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Reivindicações relacionadas ao reajuste dos salários e dos pisos salariais foram as mais frequentes nas pautas das greves do funcionalismo público (48%). Em seguida está a exigência da regularização de vencimentos em atraso (salários, férias ou 13º), presente em 26% das greves (Tabela 15).

TABELA 15
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público
Brasil - 2017

Reivindicação	Greves (728)	
	nº	%
Reajuste, piso salarial	348	47,8
Atraso de salário, de férias, do 13º	192	26,4
Condições de trabalho, de segurança, de higiene	158	21,7
PCS - Plano de Cargos e Salários, promoção	141	19,4
Melhoria nos serviços públicos	101	13,9
Realização de concursos, efetivação dos aprovados	83	11,4
Pautas políticas (privatizações, previdência, reforma trabalhista)	76	10,4
Alimentação, transporte	74	10,2
Equipamentos, uniforme, EPIs	72	9,9
Gratificações	55	7,6

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Entre as 728 paralisações deflagradas por servidores públicos, apenas 202 greves (28%) registravam informações sobre os meios adotados para a resolução dos conflitos (Tabela 16). Na maioria dos casos (80%), a solução se deu no processo de negociação direta e/ou mediada e, em 43%, houve envolvimento da Justiça na resolução.

TABELA 16
Formas de resolução dos conflitos nas greves do funcionalismo público
Brasil - 2017

Formas de resolução	Greves (202)	
	nº	%
Negociação	161	79,7
Intervenção/participação da Justiça ¹	86	42,6
<i>Decisão judicial</i>	72	35,6
<i>Acordo judicial</i>	13	6,4
<i>Sem informação</i>	13	6,4

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça" dado que em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

Resultados das greves

Das 210 greves sobre as quais se obteve informações a respeito de desfecho (29% do total do funcionalismo público), 63% tiveram algum êxito no atendimento às suas reivindicações.

TABELA 17
Resultados das greves no funcionalismo público
Brasil - 2017

Resultado	Greves (210)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	132	62,9
<i>Integral</i>	36	17,1
<i>Parcial</i>	96	45,7
Rejeição das reivindicações	33	15,7
Prosseguimento das negociações	69	32,9

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um resultado

Análises setoriais das greves no funcionalismo público

Funcionalismo público federal

Em 2017, das 22 greves cadastradas no funcionalismo público federal, 13 foram deflagradas por servidores da Educação; uma, por servidores da Segurança Pública; e seis, por servidores de outras pastas (ou de mais de uma pasta, conjuntamente). Também foram registradas duas greves ocorridas no Judiciário Federal.

Em 64% das greves deflagradas pelo funcionalismo público federal, ao menos um item dirigiu-se a questões políticas, como protesto (Tabela 18). Metade das greves incluíram em sua pauta reivindicatória a recusa às privatizações, às propostas de reforma da Previdência e à reforma trabalhista (Tabela 19).

TABELA 18
Caráter das greves do funcionalismo público federal
Brasil - 2017

Caráter	Greves (22)	
	nº	%
Propositivas	8	36,4
Defensivas	9	40,9
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	7	31,8
<i>Descumprimento de direitos</i>	2	9,1
Protesto	14	63,6
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

TABELA 19
Reivindicações das greves no funcionalismo público federal
Brasil - 2017

Reivindicação	Greves (22)	
	nº	%
Pautas políticas (privatizações, previdência, reforma trabalhista)	13	59,1
Reajuste, piso salarial	8	36,4
Melhoria nos serviços públicos	6	27,3
PCS - Plano de Cargos e Salários	2	9,1

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Funcionalismo público estadual

Das 208 greves observadas entre os servidores públicos estaduais, 16 foram deflagradas por servidores de fundações e institutos; 24 por servidores da Saúde; 41 por servidores da Segurança Pública; 63 por servidores da Educação; e 53 por servidores de outras secretarias (ou de várias secretarias em conjunto). Onze greves ocorreram nos judiciários estaduais.

Em 76% dessas greves havia ao menos um item reivindicatório de caráter defensivo (Tabela 20).

TABELA 20
Caráter das greves no funcionalismo público estadual
Brasil - 2017

Caráter	Greves (208)	
	nº	%
Propositivas	105	50,5
Defensivas	158	76,0
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	122	58,7
<i>Descumprimento de direitos</i>	74	35,6
Protesto	64	30,8
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Quase metade das greves dos servidores estaduais (48%) incluiu em sua pauta de reivindicações o reajuste dos salários e dos pisos. Itens relacionados a condições de

trabalho, de segurança e de higiene estiveram presentes em 30% das mobilizações (Tabela 21).

TABELA 21
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público estadual
Brasil - 2017

Reivindicação	Greves (208)	
	nº	%
Reajuste, piso salarial	99	47,6
Condições de trabalho, de segurança, de higiene	63	30,3
PCS - Plano de Cargos e Salários, promoção	50	24,0
Realização de concursos, efetivação dos aprovados, demissão	49	23,6
Atraso de salário, de férias, do 13º	48	23,1
Melhoria nos serviços públicos	42	20,2
Pautas políticas (privatizações, previdência, reforma trabalhista)	35	16,8
Equipamentos, uniforme, EPIs	23	11,1
Alimentação, transporte, assistência médica	22	10,6
Gratificações	10	4,8

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Funcionalismo público municipal

Das 493 greves registradas entre os servidores públicos municipais em 2017, uma foi deflagrada por servidores da pasta de Obras Públicas; três, por servidores de fundações e institutos; oito, por servidores da Segurança Pública; 95, por servidores da Saúde; 205 por servidores da Educação; e 181, por servidores de outras secretarias (ou, conjuntamente, por servidores de mais de uma secretaria).

A pauta dos servidores municipais também é majoritariamente defensiva – cerca de 78% das greves deflagradas nesse nível da administração pública incluía itens relacionados à defesa de direitos ou à manutenção de condições vigentes (Tabela 22).

TABELA 22
Caráter das greves no funcionalismo público municipal
Brasil - 2017

Caráter	Greves (493)	
	nº	%
Propositivas	236	47,9
Defensivas	384	77,9
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	217	44,0
<i>Descumprimento de direitos</i>	227	46,0
Protesto	63	12,8
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Quase metade das greves realizadas pelos servidores municipais (49%) apresentava reivindicação de reajuste dos salários e dos pisos salariais e 29% demandavam a regularização de vencimentos em atraso (salários, férias e 13º), como pode ser observado na Tabela 23.

TABELA 23
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público municipal
Brasil - 2017

Reivindicação	Greves (493)	
	nº	%
Reajuste, piso salarial	239	48,5
Atraso de salário, de férias, do 13º	143	29,0
Condições de trabalho, de segurança, de higiene	94	19,1
PCS - Plano de Cargos e Salários, promoção	89	18,1
Melhoria nos serviços públicos	52	10,5
Alimentação, transporte, assistência médica	52	10,5
Equipamentos, uniforme, EPIs	49	9,9
Gratificações	45	9,1
Realização de concursos, efetivação dos aprovados, demissão	38	7,7
Pautas políticas (privatizações, previdência, reforma trabalhista)	23	4,7

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Greves nas empresas estatais

Greves e horas paradas

Em 2017, o SAG-DIEESE cadastrou 86 greves que paralisaram por 2.855 horas as atividades nas empresas estatais. Os trabalhadores das estatais do setor de serviços promoveram 63% dessas paralisações, que corresponderam a 73% do total de horas paradas.

TABELA 24
Greves e horas paradas nas empresas estatais, por setor
Brasil - 2017

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Comércio	0	0,0	0	0,0
Indústria	30	34,9	741	26,0
Rural	0	0,0	0	0,0
Serviços	54	62,8	2.090	73,2
Multisetorial	2	2,3	24	0,8
TOTAL	86	100,0	2.855	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Duração

Nas empresas estatais, 65% das greves foram encerradas no mesmo dia em que foram deflagradas e 14% alongaram-se por mais de 10 dias.

TABELA 25
Distribuição das greves nas empresas estatais
segundo a duração dos movimentos
Brasil - 2017

Dias de paralisação ¹	Nº	%	% acum.
1	56	65,1	65,1
2 a 5	13	15,1	80,2
6 a 10	5	5,8	86,0
11 a 20	6	7,0	93,0
21 a 30	5	5,8	98,8
31 a 40	1	1,2	100,0
TOTAL	86	100,0	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Dias corridos

Greves de advertência

Das greves registradas entre os trabalhadores das empresas estatais, 45% foram deflagradas por tempo indeterminado e 47% foram declaradas greves de advertência.

TABELA 26
Tática das greves nas empresas estatais
Brasil - 2017

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	40	46,5
Tempo indeterminado	39	45,3
Sem informação	7	8,1
Total	86	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Motivações das greves

Aproximadamente 74% das greves realizadas nas estatais incluíram itens de caráter defensivo em suas pautas de reivindicações, relacionados especialmente à manutenção de condições vigentes (61%).

TABELA 27
Caráter das greves nas empresas estatais
Brasil - 2017

Caráter	Greves (86)	
	nº	%
Propositivas	27	31,4
Defensivas	64	74,4
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	52	60,5
<i>Descumprimento de direitos</i>	16	18,6
Protesto	26	30,2
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Três temas foram os mais frequentes – e igualmente importantes – na pauta reivindicatória dos trabalhadores das estatais: a) condições de trabalho, de segurança e de

higiene; b) reajuste salarial; e c) protestos contra as privatizações, a reforma trabalhista e a reforma da previdência.

TABELA 28
Principais reivindicações das greves nas empresas estatais
Brasil - 2017

Reivindicação	Greves (86)	
	nº	%
Condições de trabalho, de segurança, de higiene	26	30,2
Pautas políticas (privatizações, previdência, reforma trabalhista)	26	30,2
Reajuste salarial	26	30,2
Alimentação, transporte, assistência médica	20	23,3
Contratação, demissão, readmissão, manutenção do emprego	22	25,6
Atraso de salário, de férias	10	11,6

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Em 2017, das 86 greves deflagradas pelos trabalhadores das empresas estatais, 24 (28%) registraram informações relativas aos meios adotados pelas partes para a resolução dos conflitos. Na maioria dos casos (79%), houve, durante a greve, abertura de processo de negociação – direta e/ou mediada –, e em 58% (proporção bastante expressiva) houve alguma participação judicial (Tabela 29).

TABELA 29
Formas de resolução dos conflitos nas greves das empresas estatais
Brasil - 2017

Formas de resolução	Greves (24)	
	nº	%
Negociação	19	79,2
Intervenção/participação da Justiça ¹	14	58,3
Decisão judicial	6	25,0
Acordo judicial	5	20,8
Sem informação	5	20,8

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça" dado que em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

Resultados das greves

Das 25 greves de trabalhadores de empresas estatais com informações sobre o desfecho – que equivalem a 29% do total das registradas –, 72% obtiveram algum êxito no atendimento às reivindicações.

TABELA 30
Resultados das greves nas empresas estatais
Brasil - 2017

Resultado	Greves (25)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	18	72,0
<i>Integral</i>	4	16,0
<i>Parcial</i>	14	56,0
Rejeição das reivindicações	2	8,0
Prosseguimento das negociações	9	36,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um resultado

Greves na esfera privada

Greves e horas paradas

Em 2017, o SAG-DIEESE registrou 746 greves realizadas pelos trabalhadores da esfera privada (Tabela 31), que contabilizaram mais de 33 mil horas paradas. As greves ocorridas no setor de serviços corresponderam a 76% dessas mobilizações e a 77% das horas paradas.

TABELA 31
Greves e horas paradas na esfera privada
Brasil - 2017

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Comércio	7	0,9	320	1,0
Indústria	171	22,9	7.156	21,6
Rural	0	0,0	0	0,0
Serviços	567	76,0	25.634	77,4
Multisetorial	1	0,1	1	0,0
TOTAL	746	100,0	33.111	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Duração

Cerca de 55% das greves promovidas nas empresas privadas foram encerradas no mesmo dia de sua deflagração e 11% alongaram-se por mais de 10 dias (Tabela 32).

TABELA 32
Distribuição das greves na esfera privada
segundo a duração dos movimentos
Brasil - 2017

Dias de paralisação ¹	Nº	%	% acum.
1	412	55,2	55,2
2 a 5	183	24,5	79,8
6 a 10	66	8,8	88,6
11 a 20	44	5,9	94,5
21 a 30	15	2,0	96,5
31 a 40	11	1,5	98,0
41 a 50	6	0,8	98,8
51 a 60	3	0,4	99,2
61 a 70	2	0,3	99,5
71 a 80	1	0,1	99,6
81 a 90	1	0,1	99,7
91 a 100	1	0,1	99,9
Mais de 100	1	0,1	100,0
TOTAL	746	100	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) dias corridos

Greves de advertência

Quase três quartos dessas greves foram deflagradas por tempo indeterminado (74%) e aproximadamente 21% colocaram-se como movimentos de advertência (Tabela 33).

TABELA 33
Tática das greves na esfera privada
Brasil - 2017

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	155	20,8
Tempo indeterminado	550	73,7
Sem informação	41	5,5
Total	746	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Abrangência

Na esfera privada, 91% das greves foram organizadas no âmbito de empresas. Greves que abrangeram categoria corresponderam a 9% das mobilizações (Tabela 34).

TABELA 34
Abrangência das greves na esfera privada
Brasil - 2017

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	67	9,0
Empresa/unidade	679	91,0
Total	746	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Motivações das greves

Na pauta reivindicatória de 87% das greves deflagradas na esfera privada estiveram presentes itens de caráter defensivo (Tabela 35), com predominância de pleitos relativos a descumprimento de direitos.

TABELA 35
Caráter das greves na esfera privada
Brasil - 2017

Caráter	Greves (746)	
	nº	%
Propositivas	131	17,6
Defensivas	649	87,0
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	221	29,6
<i>Descumprimento de direitos</i>	548	73,5
Protesto	41	5,5
Solidariedade	1	0,1

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

A exigência de pagamento de vencimentos em atraso (salários, férias, 13º e vale salarial) esteve presente na pauta de quase dois terços (64%) das greves deflagradas pelos trabalhadores da esfera privada. Itens relativos à alimentação, transporte e assistência médica foram incluídos em 28% dessas greves. A reivindicação por reajuste dos salários e pisos ocupa o terceiro lugar de importância nessas paralisações (17%).

TABELA 36
Principais reivindicações das greves na esfera privada
Brasil - 2017

Reivindicação	Greves (746)	
	nº	%
Atraso de salário, de férias, do 13º ou do vale salarial	481	64,5
Alimentação, transporte, assistência médica	212	28,4
Reajuste, piso salarial	124	16,6
Condições de trabalho, de segurança, de higiene	77	10,3
Repasses do FGTS/INSS, rescisão contratual	84	11,3
Contratação, demissão, readmissão, manutenção do emprego	59	7,9
Equipamentos, uniforme, EPIs	51	6,8
PLR - Participação nos Lucros e/ou Resultados	40	5,4

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Entre as greves realizadas pelos trabalhadores das empresas privadas, foram registradas 308 (41% do total de 746) com informações sobre os meios adotados pelas partes para a resolução dos conflitos. Dessas, a grande maioria (93%) solucionou as divergências por meio de negociação direta e/ou mediada; e, em 22%, houve participação da Justiça no processo.

TABELA 37
Formas de resolução dos conflitos nas greves da esfera privada
Brasil - 2017

Formas de resolução	Greves (308)	
	nº	%
Negociação	285	92,5
Intervenção/participação da Justiça ¹	69	22,4
<i>Decisão judicial</i>	29	9,4
<i>Acordo judicial</i>	31	10,1
<i>Sem informação</i>	18	5,8

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE).

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça" dado que em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

Resultados das greves

Foram obtidas informações a respeito do desfecho de 334 greves da esfera privada (45% do total). Grande parte dessas mobilizações (89%) teve algum êxito no atendimento às reivindicações (Tabela 38).

TABELA 38
Resultados das greves nas empresas privadas
Brasil - 2017

Resultado	Greves (334)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	296	88,6
<i>Integral</i>	188	56,3
<i>Parcial</i>	108	32,3
Rejeição das reivindicações	7	2,1
Prosseguimento das negociações	53	15,9

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um resultado

Análises setoriais das greves na esfera privada

Indústria privada

Das 171 greves apuradas na indústria privada, 109 (64%) ocorreram na região Sudeste. No Nordeste – e também no Sul – foram deflagradas 25 paralisações (15%). Na região Centro-Oeste foram sete (4%) e na região Norte, 4 (2%).

A maioria dos movimentos (82, ou 48%) foi realizada por metalúrgicos. Os trabalhadores da construção promoveram 45 greves (26%); e os químicos, 25 (15%).

Em 77% dessas paralisações constava, na pauta reivindicatória, ao menos um item defensivo e cerca de 60% denunciavam o descumprimento de direitos (Tabela 39).

TABELA 39
Caráter das greves na indústria privada
Brasil - 2017

Caráter	Greves (171)	
	nº	%
Propositivas	57	33,3
Defensivas	131	76,6
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	57	33,3
<i>Descumprimento de direitos</i>	103	60,2
Protesto	9	5,3
Solidariedade	1	0,6

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

A exigência da regularização de vencimentos em atraso (salário, férias, 13º ou vale salarial) foi a principal reivindicação das greves da indústria privada (46%); demandas relativas à alimentação, transporte e assistência médica estiveram presentes em 32% desses movimentos e reajuste de salários e pisos, em 27% (Tabela 40).

TABELA 40
Principais reivindicações das greves na indústria privada
Brasil - 2017

Reivindicação	Greves (171)	
	nº	%
Atraso de salário, de férias, do 13º ou do vale salarial	79	46,2
Alimentação, transporte, assistência médica	54	31,6
Reajuste, piso salarial	46	26,9
PLR - Participação nos Lucros e/ou Resultados	28	16,4
Repasses do FGTS/INSS, rescisão contratual	23	13,5
Contratação, demissão, readmissão, manutenção do emprego	12	7,0
Condições de trabalho, de segurança, de higiene	11	6,4
Equipamentos, uniforme, EPIs	9	5,3

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Serviços privados

Do total das 567 greves contabilizadas nos serviços privados em 2017, grande parte (228, ou 40%) ocorreu na região Sudeste. No Nordeste, foram realizadas 124 paralisações (22%); no Sul, 90 (16%); na região Norte, 62 (11%); e na região Centro-Oeste, 61 (11%).

Os trabalhadores dos transportes deflagraram 204 greves (36%). Entre os trabalhadores do turismo e hospitalidade – que envolve atividades de asseio e conservação – foram realizadas 137 paralisações (24%). Na saúde, ocorreram 136 greves (24%); entre os vigilantes, 28 (5%).

Itens de caráter propositivo integraram a pauta de reivindicações de apenas 13% dessas paralisações; itens defensivos, em contrapartida, estiveram presentes em 90%. Em destaque, estão as greves contra o descumprimento de direitos (78%), como pode ser observado na Tabela 41, a seguir.

TABELA 41
Caráter das greves nos serviços privados
Brasil - janeiro a junho de 2017

Caráter	Greves (567)	
	nº	%
Propositivas	72	12,7
Defensivas	511	90,1
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	158	27,9
<i>Descumprimento de direitos</i>	441	77,8
Protesto	31	5,5
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Uma expressiva proporção de greves dos serviços privados (71%) exigia o pagamento de vencimentos atrasados (salários, férias, 13º ou vale salarial). Itens relacionados à alimentação, transporte e assistência médica ocuparam o segundo lugar de importância (27%), seguidos pela demanda por reajuste nos salários ou nos pisos salariais (13%).

TABELA 42
Principais reivindicações das greves nos serviços privados
Brasil - janeiro a junho de 2017

Reivindicação	Greves (567)	
	nº	%
Atraso de salário, de férias, do 13º ou do vale salarial	400	70,5
Alimentação, transporte, assistência médica	155	27,3
Reajuste, piso salarial	76	13,4
Condições de trabalho, de segurança, de higiene	66	11,6
Repasses do FGTS/INSS, rescisão contratual	60	10,6
Contratação, demissão, readmissão, manutenção do emprego	45	7,9
Equipamentos, uniforme, EPIs	41	7,2

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Considerações finais

O ano de 2017, que marcou o centenário da deflagração da grande greve de 1917, em São Paulo, também contabilizou três protestos de dimensões nacionais contra as

reformas previdenciária e trabalhista propostas pelo governo federal: a greve do dia 15 de março, a greve geral do dia 28 de abril e os protestos e paralisações do dia 30 de junho.

Ao mesmo tempo, as principais características observadas nas mobilizações de 2017 – categorias de trabalhadores envolvidos e caráter das pautas de reivindicações – continuam a reafirmar a permanência do grande ciclo grevista que emergiu mais claramente a partir de 2012.

Do ano de 2012 em diante, e progressivamente, trabalhadores de categorias profissionais mais vulneráveis, tanto da perspectiva remuneratória, quanto de condições de trabalho, vão se destacando como grandes protagonistas do ciclo grevista: *os terceirizados que atuam em empresas contratadas pelo setor privado* – como vigilantes, recepcionistas e encarregados de limpeza – e *os terceirizados de empresas contratadas pelo poder público*, como trabalhadores em coleta de lixo e limpeza pública, rodoviários do transporte coletivo urbano, enfermeiros e outros profissionais das Organizações Sociais de Saúde – OSS.

Também tiveram notoriedade as paralisações promovidas por trabalhadores da construção envolvidos em grandes obras e por professores municipais na luta pelo pagamento do Piso Nacional do Magistério.

Nesse intervalo de intensa atividade paredista também é destaque o fato de que *itens relativos à defesa de direitos passaram a compor grande parte da pauta reivindicatória dos trabalhadores*.

Em um cenário caracterizado por crescimento econômico, queda da taxa de desemprego, aumento do grau de formalização do trabalho e elevação dos ganhos reais, dois fatores podem explicar esse fenômeno.

Um deles, mais evidente, é o aumento do número de greves deflagradas por categorias profissionais que atuam em condições de trabalho precárias e que têm seus direitos constantemente desrespeitados. Em uma conjuntura de desemprego, esses trabalhadores não arriscariam paralisar suas atividades, mas, diante de uma situação econômica favorável, vão à greve para defendê-los. *Sua pauta reivindicatória, que reflete as condições em que atuam, é necessariamente defensiva*.

Paralelamente a isso está o fato de que, em períodos de maior poder de negociação dos trabalhadores e de seus sindicatos, as greves deflagradas – especialmente durante as campanhas salariais – incluem cada vez mais, em uma pauta essencialmente propositiva, reivindicações em defesa de direitos continuamente descumpridos. Pode-se citar como

exemplo, o não recolhimento do FGTS, o não pagamento de verbas rescisórias aos demitidos e o desrespeito ao piso salarial – itens presentes na pauta de parcela considerável das greves entre os trabalhadores da indústria e dos serviços nos grandes centros urbanos mas que, por si só, dificilmente motivariam paralisações. *Em um ambiente favorável às negociações, a pauta grevista amplia-se, adicionando elementos defensivos à pauta inicial, de caráter mais propositivo.*

No entanto, os efeitos da piora recente nos indicadores de emprego e nos ganhos salariais – e, especialmente, a brusca reversão das expectativas –, aspectos que condicionam fortemente a ação grevista, parecem inaugurar outro momento.

Nesse novo contexto, a ênfase defensiva da pauta das greves continua, mas observam-se algumas rupturas, algumas discontinuidades. Pode-se dizer, de modo breve, que o aspecto civilizatório das greves defensivas passa a ser relativizado. Ou seja, sem deixar de abordar aqueles direitos historicamente descumpridos, as greves passam a ocorrer, cada vez mais, no campo das reações imediatas, urgentes: contra a realização de demissões e contra o atraso no pagamento de salários.

Em 2013, por exemplo, cerca de 20% da pauta grevista era composta por reivindicações relacionadas ao atraso no pagamento de salários, décimo terceiro salário ou gratificação de férias. Em 2016, esse percentual já correspondia a 42% – proporção que se manteve exatamente a mesma em 2017.

Os reveses no mercado de trabalho, com o aumento do desemprego e o recuo nos números do trabalho formalizado, certamente têm impacto negativo na disposição do trabalhador para a greve, especialmente na esfera privada. Entre os servidores públicos, por outro lado, a crise fiscal do Estado tem funcionado como um incentivo à deflagração de greves.

As incertezas de como e quando se dará a recuperação da economia brasileira, o impacto das recentes mudanças promovidas no sistema de relações de trabalho e as mudanças que poderão advir no período pós-eleitoral dificultam a elaboração de prognósticos. De todo modo, pode-se dizer que esse grande ciclo de greves, iniciado há alguns anos, ainda está em marcha.

Mesmo que a quantidade de mobilizações grevistas tenha diminuído – as 1.566 greves registradas em 2017 significaram uma queda de 25% em relação às duas mil greves anuais registradas entre 2013 e 2016 –, esse número ainda é bastante superior aos

registrados em período anterior a 2013, quando o patamar variava ao redor de 500 greves anuais.

Notas metodológicas

As informações que embasam este estudo foram extraídas de notícias veiculadas em jornais impressos e eletrônicos, da grande mídia e da imprensa sindical.

Nas tabelas do estudo, os percentuais são sempre apresentados com arredondamento na primeira casa decimal. No texto, aparecerão arredondados para o valor inteiro mais próximo.

Abaixo, segue a descrição dos principais conceitos utilizados no estudo.

Greve – “interrupção temporal do trabalho efetuada intencionalmente por um grupo de trabalhadores com objetivo de impor uma reivindicação, opor-se a uma exigência ou expressar queixa” (OIT). Excluem-se deste escopo, portanto, tanto as paralisações de iniciativa patronal (*lockouts*) como as formas de protesto que não implicam suspensão do trabalho, tais como “operação tartaruga” ou “operação padrão”.

Caráter da greve – tendência geral das reivindicações apresentadas nas greves, levando em consideração o teor dos interesses essenciais apresentados na pauta. Possibilidades:

Propositiva – por novas conquistas ou avanços nas condições vigentes;

Defensiva – em caso de descumprimento de lei ou recusa à renovação ou manutenção de condições vigentes. As greves defensivas estão subdivididas da seguinte forma;

descumprimento de direitos – contra o descumprimento de normas trabalhistas estabelecidas em lei, acordo ou convenção coletiva de trabalho;

manutenção de condições vigentes – pela manutenção ou renovação de condições vigentes, em face de ameaça de extinção ou redução.

Protesto – por motivos que ultrapassem o âmbito das relações trabalhistas. Consideram-se de protesto as greves assim declaradas pelo comando.

Solidariedade – em apoio a movimentos de trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores. Ao encabeçar mobilizações desta natureza, os grevistas não podem ter interesse imediato nos itens da pauta defendida pelos trabalhadores a quem apoiam. Consideram-se de solidariedade as greves assim declaradas pelo comando.

Quantificação do caráter, tema e itens de reivindicação – A totalização de aspectos qualitativos das greves excede a soma de cada item porque uma mesma greve pode se enquadrar em mais de um dos grupos. Por exemplo, os trabalhadores envolvidos em uma greve podem reivindicar, simultaneamente, aumento salarial (caráter: propositivo; tema: remuneração; motivo: reajuste salarial) e exigir o pagamento de vale-refeição em atraso (caráter: defensivo; tema: auxílio; motivo: alimentação).

Causas das greves – conjunto de reivindicações explicitadas como motivações para a paralisação. Para esta classificação, são empregadas palavras-chave dispostas em dois níveis: um mais abrangente (tema) e outro desagregado (grupo). Não são consideradas causas das greves as ofertas patronais não relacionadas à pauta apresentada pelos grevistas, utilizadas como moeda de troca na negociação com os trabalhadores.

Temas das greves – conjuntos de reivindicações agrupadas por semelhança de características. São eles:

Remuneração – greves por questões diretamente relacionadas à remuneração dos trabalhadores, como reajuste salarial, piso salarial, auxílios, adicionais e PLR, entre outros.

Relações de Trabalho – greves relativas a emprego, como as que se colocam contra demissões ou por estabilidade e contratações; a processo e exercício do trabalho, como introdução de processos tecnológicos e qualificação; a contrato de trabalho, como terceirização, mão de obra temporária; e à situação funcional, como PCS e atribuições do trabalho.

Condições de Trabalho – greves por questões relacionadas à saúde e segurança do trabalho e à jornada de trabalho, como redução, diminuição de horas extras e outras.

Relações Sindicais – greves por participação do sindicato no processo de negociação, constituição de representação dos trabalhadores, mudança ou manutenção da data-base etc.

Políticas – greves dirigidas contra o governo ou contra projetos ou medidas governamentais ou de caráter solidário.

Grupos de reivindicações – grupos de itens afins reunidos em cada tema, como, por exemplo, adicionais, auxílios e correção salarial (no tema remuneração) e jornada e saúde (no tema condições de trabalho).

DIEESE - Rua Aurora, 957 – Centro – São Paulo - SP

CEP 012009-001

Fone: (11) 3874-5366 – Fax: (11) 3874-5394

E-mail: en@diesse.org.br

<http://www.diesse.org.br>

Presidente: Bernardino Jesus de Brito - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Vice-presidente: Raquel Kacelnikas - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Antonio Francisco da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Elna Maria de Barros Melo - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Tesoureiro: Milson Antunes Pereira - Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Júnior - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Sales José da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Zenaide Honório - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Equipe Técnica Responsável

Rodrigo Linhares

Luís Augusto Ribeiro da Costa (revisão)

Guilherme Akira Nishio (estagiário)

Leonardo Judensnaider Knijnik (estagiário)